

AS CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICA, LABORAL E CULTURAL DO PROGRAMA PROJOVEM URBANO NA (RE)INSERÇÃO DOS SETORES VULNERÁVEIS¹

Lara do Carmo Pirajá Santos²

Resumo: Este trabalho estudou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, com o objetivo de analisar *as contribuições socioeconômica, laboral e cultural do Programa ProJovem Urbano na (re)inserção dos setores vulneráveis*, mediante detalhamento de seus objetivos, metas, ações e estratégias. Para uma melhor compreensão sobre esta política pública, há uma descrição sobre a realidade da adolescência e da juventude brasileira; descrição do ProJovem Urbano e o Programa em Vitória da Conquista/BA. Como resultado da pesquisa, através do levantamento bibliográfico e documental e da análise de publicações já existentes na área, a pesquisa observou que, das mudanças percebidas pelos jovens, algumas são mais valorizadas que outras, pois lhes trouxeram novas perspectivas e aumento da autoestima e confiança, indo muito além das suas expectativas. Já para a cidade de Vitória da Conquista, o programa ainda enfrentará inúmeros desafios, tanto na sua gestão quanto na sua avaliação, análise e monitoramento. Mas, a partir do momento em que esses problemas forem sendo sanados através de estratégias, ações e melhoramento do suporte técnico e administrativo, além da adequação de suas estruturas, o projeto terá condições reais de modificar a vida de seu público-alvo e das comunidades, não sendo mais apenas um programa fadado ao fracasso.

Palavras-chaves: ProJovem Urbano. Juventude. Segmento Juvenil. Política Pública. Política Pública de e para Juventude.

1 Artigo retirado do trabalho de conclusão de curso (monografia) da Pós-graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Ano 2010. Título: **As Contribuições Socioeconômica, Laboral e Cultural do Programa ProJovem Urbano na (re) inserção dos setores vulneráveis**.

2 Bacharela em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pós-graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. *E-mail:* <larapj@gmail.com>.

CONTRIBUTIONS SOCIOECONOMIC, LABOUR AND CULTURAL PROGRAM IN URBAN PROJovem (RE)INTEGRATION OF VULNERABLE SECTORS

Abstract: This work studied the National Youth Inclusion - ProJovem, aiming to analyze the socioeconomic contributions, labor and cultural program ProJovem Urban (re)integration of vulnerable sectors by detailing its objectives, goals, strategies and actions. For a better understanding of this policy, there is a description of the reality of Brazilian teens and twenties; description ProJovem and Urban Program in Vitória da Conquista/BA. As a result of the research, through literature review and analysis of documents and publications already exist in the area, the survey noted that the changes perceived by young people, some are more valued than others because they brought new perspectives and increased self-esteem and confidence, far long of their expectations. As for the city of Vitória da Conquista the program still faces many challenges, both in management and in its assessment, analysis and monitoring. But, from the moment in which these problems are being solved through strategies, actions and improvement of technical and administrative support, and the adequacy of its structures, the project will be able to modify the real life of your target audience and communities, no longer just a program doomed to failure.

Keywords: Urban ProJovem. Youth. Juvenile segment. Public Policy. Public Policy and Youth.

1 Introdução

Analisar um Programa voltado para o segmento juvenil implica não apenas em compreender os reais motivos que impulsionaram a criação de uma determinada política pública, implica em compreender a realidade, os riscos, os descasos e as desigualdades sociais que milhões de adolescentes e jovens brasileiros vêm vivenciando em seu cotidiano. Um cotidiano fortemente marcado por tantas questões sociais que foram negadas pelo Estado por muito tempo.

A história revela que, só há pouco mais de vinte anos, o segmento juvenil passou a fazer parte da agenda das políticas públicas no Brasil. Isso devido à consolidação da agenda internacional e à crescente articulação da sociedade civil em torno das questões juvenis. Todavia as ações governamentais, apresentadas até o presente momento, ainda não são suficientes para atender aos anseios da juventude brasileira; e a sociedade civil reivindica, com certa avidez, medidas mais eficientes e ágeis.

As questões voltadas para a adolescência e juventude vêm se modelando com o passar dos anos. Com a eclosão da temática no cenário nacional, no início da década de 2000, as políticas públicas, até então formuladas e implantadas, apresentavam fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática, o que acabará por se transformar em desafios robustos e de difíceis soluções.

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições socioeconômica, laboral e cultural do Programa ProJovem Urbano na (re)inserção dos setores vulneráveis.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar mediante detalhamento os objetivos, metas e ações do Programa ProJovem Urbano.
- b) Analisar as estratégias de (re)inserção do Programa.
- c) Analisar a (re)significação social, laboral e cultural dos participantes egressos do Programa.

3 Metodologia

Em relação aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, tem como objetivo a descrição das características de determinada população, ou fenômeno, e o estabelecimento entre determinadas variáveis. Quanto ao levantamento de dados, é indutiva e, por se tratar de uma pesquisa empírica, necessitou dos estudos de levantamento teórico, de documentação, revistas e das análises dos dados e resultados para se chegar ao resultado esperado: responder os objetivos da pesquisa (GIL, 2002). A pesquisa é qualitativa por primar pela leitura, interpretação, aproximação das possíveis e diferentes configurações que um problema de investigação assume, e as dimensões possíveis de enfoque quando se pensa na complexidade.

Os instrumentos técnicos de coleta de dados da documentação direta se deram pelo levantamento bibliográfico, levantamento documental e da análise de publicações já existentes na área, objetivando orientar a análise dos dados. Para a documentação indireta, foi feita uma análise crítica das fontes pesquisadas, cujo emprego dos procedimentos usuais de pesquisa bibliográfica possibilitou analisar as possíveis contribuições do ProJovem. O levantamento direto intensivo para a consecução de informações foi através da análise de quadros estatísticos, relatórios e demais meios de informações disponíveis no campo de observação.

4 Realidade da adolescência e juventude brasileira

Quem são os adolescentes e os jovens do Brasil? Por que, dentre todos os problemas sociais avistados no país, estes são os mais vulneráveis? Há políticas específicas para este segmento?

No Brasil, a população jovem, entre os 15 e 24 anos, segundo dados do censo IBGE 2000 (*apud* ALVES, 2009), chega ao montante de 34 milhões, sendo aproximadamente 17 milhões de jovens do sexo feminino e 17 milhões, do sexo masculino. Dentro do quadro global das desigualdades sociais, no Brasil, os jovens de hoje se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas específicas que possam promover a garantia de direitos sociais historicamente sonegados (BRENNER et al, 2005).

Tal situação ganha profunda relevância com a constatação de que este país, que reúne mais de 190 milhões de habitantes, tem a metade da população constituída por crianças e jovens com menos de 25 anos. Segundo Alves (2009, p. 12): “Os jovens brasileiros, contudo, ainda não dispõem das ferramentas necessárias para enfrentar (e, por que não, derrotar!) as desigualdades socioeconômicas do país”.

Revela Brenner (2005) que, no Brasil, o quadro demográfico e os indicadores sociais que acompanham a situação da juventude, neste início de século, são bastante complexos e, em grande medida, dramáticos, mas permitem entender a dinâmica política e social em que esse segmento populacional transita. “Os jovens pobres são os que mais sofrem diretamente com os efeitos de uma escolaridade de baixa qualidade, do desemprego, da morbidade e também de limitadas oportunidades de acesso às artes, ao lazer e aos bens e serviços” (BRENNER et al, 2005, p. 199).

Para melhorar as condições de incorporação dos jovens na vida social e política do país, de acordo com Brenner (2005), se faz necessário criar e consolidar redes de proteção social, ao mesmo tempo em que se avança na “criação de

condições sociais e políticas de fortalecimento da organização juvenil em bases democráticas, potencializando todos os instrumentos e ações que possam contribuir na perspectiva de participação desses jovens” (p. 199).

5 Políticas Públicas para a Juventude

Para um melhor entendimento sobre esta questão da juventude no país, Brenner (*apud*

ALVES, 2009) revela os antecedentes históricos das políticas nacionais da Juventude no Brasil. Os autores supracitados destacam três períodos da história relativos às ações governamentais, no âmbito federal, para a população juvenil, a saber: *A promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da criança e do adolescente (ECA) em 1990; O segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso de 1999 a 2002; O início do Governo Lula.*

QUADRO 01 – Antecedentes históricos das Políticas Nacionais da Juventude no Brasil

Antecedentes históricos	Resumo
Promulgação da Constituição Federal de 1988	Na década de 1980, surgiu um novo conceito de cidadania no Brasil devido às lutas promovidas pelos movimentos sociais por liberdades democráticas e direitos sociais, o que acabaram por contribuir para que a Constituição Federal de 1988 alterasse as bases constitucionais dos direitos sociais, civis e políticos provocando um efeito cascata nas Constituições Estaduais, leis orgânicas municipais e em sua própria regulamentação legislativa. A CF/88 passou a dar ênfase na relação e participação de governo e sociedade civil nos “conselhos responsáveis por formular, gerir e estabelecer controle social sobre políticas públicas descentralizadas”. Para estimular à participação cidadã nas ações dos órgãos públicos a constituição instituiu a municipalização. Nesse contexto de “ampliação da consciência dos direitos, a sociedade brasileira repensou a fragilidade histórica da situação das crianças e adolescentes”, em especial aquelas advindas das classes populares. Os resultados das ações dos movimentos sociais foram determinantes para o processo de promoção e monitoramento (controle social) das políticas públicas para a juventude (BRENNER et. al., 2005, pp. 199-209, apud ALVES, 2009).
Estatuto da criança e do adolescente (ECA) em 1990.	O Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) promulgado pela Lei Federal nº. 8.069 de 1990 é um “marco legal” de um “processo prático reflexivo” no que se refere à temática minoridade brasileira, em especial quando se “refere aos excluídos socialmente ou em conflito com a lei”. O ECA representa mudanças éticas políticas frente ao antigo Código de Menores de 1979. Realizou mudanças nos âmbitos federal, estadual e municipal. Criou estruturas colegiadas (“Conselhos nacional, estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente”). O ECA é muito mais que uma lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente “orienta a formulação de políticas para crianças (0 a 12 anos) e adolescentes (12 a 18 anos)” (BRENNER et. al., 2005, pp. 199-209, apud ALVES, 2009).
O segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso de 1999 a 2002.	No final da década de 1990, já no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), surgiram ações públicas federais destinadas à juventude. Foi o início de uma série de ações “em parceria com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil”. Alguns dos princípios que nortearam essas ações foram: “focalização em populações consideradas em condição de vulnerabilidade e risco social, diminuição do aparato estatal e a realização de parcerias do setor público com os setores privados”. Este momento não só foi importante para as políticas de juventude como também para o fortalecimento do país cuja administração pública estava em “forte sintonia com os princípios de reorientação da ação do Estado” conforme recomendava as “agências de desenvolvimento social e econômico da globalização capitalista”, Banco Mundial (BIRD); Fundo Monetário Internacional (FMI); e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Naquela época, o tema juventude eclodiu no Governo Federal. Ao final do mandato de FHC, em 2002, o governo federal contava com 33 programas e/ou projetos governamentais, dos quais 18 foram criados no segundo mandato (BRENNER et. al., 2005, pp. 199-209, apud ALVES, 2009). Os indicadores sociais do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) auxiliaram na “focalização das ações em segmentos jovens considerados vulneráveis e em situação de risco social”. Contudo, as ações apresentavam certa “fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática”. (BRENNER, et al, 2005, p. 201).

(Continua)

O início do Governo Lula.	<p>Com o sucessor de FHC, em seus dois primeiros anos do Governo Lula, algumas ações surgiram contribuindo para o debate sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Juventude do Instituto Cidadania: ONG criada em 1991 pelo presidente Lula e seus colaboradores. Seu “objetivo era formular propostas de políticas públicas que representassem alternativas ao então governo do Presidente Collor de Melo”; • Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CE-JUVENT): “destinada a estudar e acompanhar políticas públicas para a Juventude”; • Grupo Interministerial de Juventude (GIJ): “instalado pelo Governo Federal para definir uma Política Nacional Integrada de Juventude” (BRENNER et. al., 2005, pp. 199-209, apud ALVES, 2009). <p>“Hoje, no Brasil, (...) emergem propostas preliminares e delineamento de posições, em alguns casos convergentes e em outros divergentes.” Contudo, um consenso se fez surgir: o da necessidade de criação da Secretaria Nacional de Juventude, “capaz de articular as iniciativas dispersas dos ministérios, propor novas iniciativas e ser referência no âmbito governamental para os diferentes interlocutores das sociedades política e civil.” (BRENNER, et al, 2005, p. 209).</p>
---------------------------	--

Fonte: Alves (2009). Disponível em: <https://www.researchgate.net/signup.SignUp.html>

6 Políticas Públicas para a Juventude: PROJovem

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem - é um programa de Inclusão Social criado em fevereiro de 2005, pelo Governo Federal, juntamente com outros órgãos federativos, para articular diversas iniciativas voltadas para a juventude brasileira. Em sua primeira versão, no ano de 2005, na mesma época em que foi criada a Secretaria Nacional de Juventude, que integra a Secretária-Geral da Presidência da República, e o Conselho Nacional de Juventude, o programa foi reestruturado, através da Medida Provisória 411 de 28/12/2007, para melhor atender uma das dimensões da Política Nacional de Juventude, a dimensão da inclusão, contemplando assim, os 4,5 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos que não têm ensino fundamental completo, estão fora da escola, do mercado de trabalho, e sem direito a uma vida digna e cidadã (www.projovemurbano.gov.br).

Segundo dados do *site* oficial do Projovem, de 2005 a 2007, o programa Projovem inicial atendeu mais de 240 mil jovens nas principais capitais e regiões metropolitanas do país. Nesta época o

perfil público-alvo que podiam participar do programa era jovens de 18 a 24 anos, sem o ensino fundamental³, mas que tivessem cursado até a 4ª série deste ciclo. Além disso, os alunos não podiam ter emprego formal com carteira assinada.

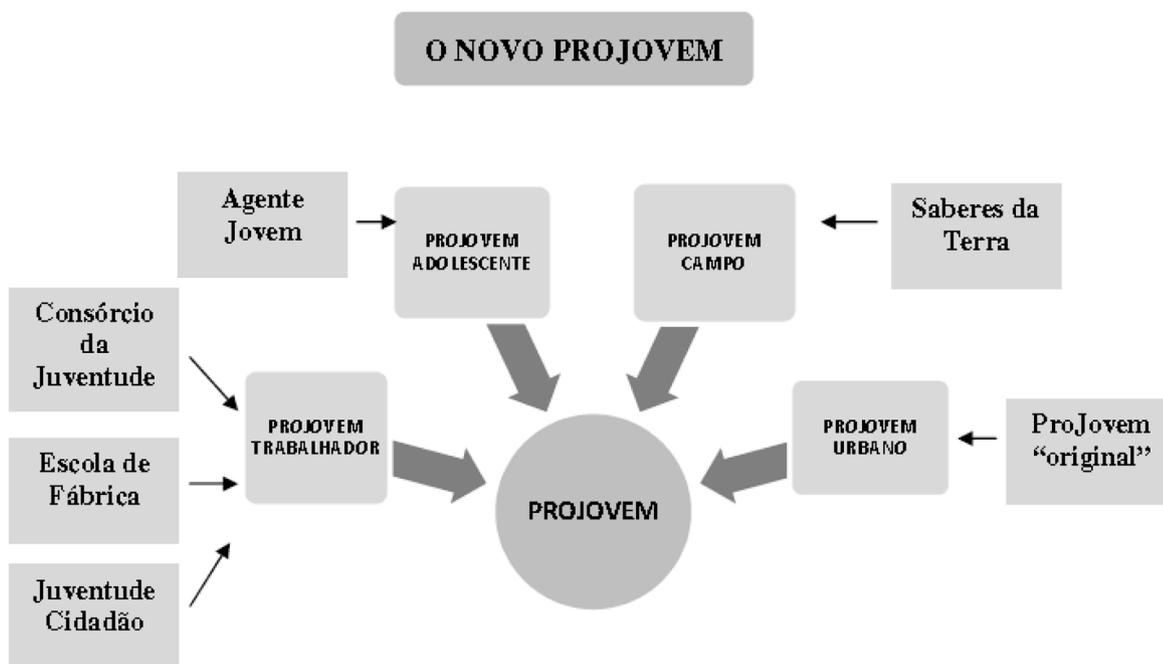
Visando ampliar cada vez mais o atendimento a esse público, em setembro de 2007, o Presidente da República, lançou o Projovem Integrado, que surgiu da união dos seis programas que na época atendiam à juventude (SILVEIRA, 2009): *O próprio Projovem* - da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretária-Geral da Presidência da República; *Agente Jovem* - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; *Saberes da Terra e Escola de Fábrica* - Ministério da Educação; e *Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude* - Ministério do Trabalho e Emprego.

Esses seis programas juntos atenderam cerca de 685 mil jovens entre 2007 e 2008 (www.projovemurbano.gov.br). Com esta ação, o novo Projovem articulou e reformulou estes

3 Com a reestruturação do ensino educacional, o Ensino Fundamental passou a ser dividido em Ensino Fundamental I - da alfabetização a quarta série do antigo primário da educação básica; e o Ensino Fundamental II - da quinta a oitava série do antigo ensino fundamental. Sendo assim estruturado o ciclo de 09 anos do Ensino Fundamental.

seis programas, de modo que a estrutura do novo programa estar composto por quatro “subprogramas”, a saber: *ProJovem Urbano*; *ProJovem Adolescente*; *ProJovem campo*; e *ProJovem Trabalhador* (SILVEIRA, 2009, p. 41-42. In: www.projovemurbano.gov.br).

FIGURA 1 – Sistematização do novo ProJovem



Fonte: SILVEIRA, 2009, p. 43.

A figura 2 traz os dados referentes aos programas, que deram origem ao ProJovem Integrado, como as suas quatro modalidades.

FIGURA 2 – Dados do ProJovem Integrado

MODALIDADE	JOVENS ATENDIDOS	TOTAL
ProJovem Urbano	2008/2009: 350 mil 2010: 200.711	550.711
ProJovem Adolescente	2008/2009: 511.675 2010: 859.275	1.370.950
ProJovem Campo	2008/2009: 30 mil 2010: 80 mil	110.000
ProJovem Trabalhador	2008/2009: 162.960 2010: 216.779	379.739
Os seis programas que deram origem ao ProJovem Integrado	2003/2007: 684.844	684.844
Total Geral		3.096.244

Fonte: <http://www.projovemurbano.gov.br/pjurevista/balanco.html>

7 ProJovem Urbano em Vitória da Conquista/Ba

Com a alteração do programa, em maio de 2008, a cidade de Vitória da Conquista/BA passou a ser contemplada com a modalidade ProJovem Urbano. Para as cidades com mais de 200 mil habitantes a parceria é feita diretamente com as prefeituras. Já naquelas com população inferior a 200 mil habitantes, essa parceria é realizada com o Governo do Estado, que viabiliza a chegada do programa nas cidades menores (www.projovemurbano.gov.br).

Como a cidade conta com uma população, segundo o Censo IBGE 2005, de 308.204 habitantes (www.pmvc.com.br), o convênio, para a gestão compartilhada do programa, é diretamente entre Município e Governo Federal, recebendo, assim, o recurso financeiro e pessoal da Esfera Federal.

O programa ProJovem Urbano, no município de Vitória da Conquista/BA, é executado pela Prefeitura Municipal por meio da Agência de Desenvolvimento Trabalho e Renda – ADTR, situada à Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 744 – 2º piso, com o horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 21h. O telefone para contato é (77) 3427-4947.

Segundo a ADTR, o programa tem uma meta inicial de atender 03 mil jovens, divididos em três turmas de mil alunos cada, e, ao longo dos 18 meses do programa, cada turma desenvolverá atividades diárias voltadas para a iniciação profissional, a ação comunitária e a conclusão com certificação do ensino Fundamental I e II. Para a realização dessas atividades, cada grupo conta com uma sala de informática – para as aulas de informática básica - e uma sala para os professores, e as matérias fundamentais, como Matemática, Português e Ciências que podem ser ofertadas, conforme a metodologia do programa. Os grupos, também, contam com a prestação de serviço dos assistentes sociais que auxiliam no caminho de aprendizado dos jovens durante o curso. Todas essas ações visam à reinserção dos jovens na educação básica, na

qualificação profissional e na participação cidadã no meio social em que vivem.

Ao ingressarem no programa, os jovens recebem um auxílio mensal de R\$ 100,00 (cem reais) para o custeio de seus gastos: com transporte, alimentação ou material escolar. Os jovens estudam e se capacitam em escolas estaduais e/ou municipais em turnos específicos, onde é solicitado um percentual mínimo de frequência nas aulas: 75% (setenta e cinco por cento), além do cumprimento das atividades programadas durante o período letivo e de capacitação profissional. Caso o percentual não seja atingido, o jovem comprometerá sua formação profissional e estará impossibilitado de continuar seus estudos, além de inviabilizar seu posterior ingresso em outros sistemas de estudos e no mercado de trabalho, respectivamente.

TABELA 1 – Metas do Município

Ano	Número de matrículas de jovens
2008	1.400
2009	600
2010	1.000

Fonte: Dados levantados junto a ADTR, Prefeitura de Vitória da Conquista/BA.

8 Existe ou não (re)inserção

Na busca pela análise das contribuições socioeconômica, laboral e cultural do Programa ProJovem Urbano na (re) inserção dos setores vulneráveis no Município de Vitória da Conquista/BA, inicialmente, buscou-se, através da aplicação de questionários e entrevistas, junto aos agentes (professores e/ou monitores, pessoal técnico e administrativo e coordenadores), e participantes do programa e de seus familiares, levantar dados suficientes para a análise das metas, ações e estratégias deste programa na consecução de seus objetivo maior: a (re) inserção dos jovens no sistema de educação escolar e no mercado de trabalho.

Tendo em vista o tempo da criação desta política pública de inclusão de jovens, e tomando a temática da juventude como elemento central do debate sobre as políticas públicas, no município de Vitória da Conquista, suas ações ao longo de mais de uma década com questões sociais voltadas para crianças, adolescentes e jovens, em situação de risco pessoal e social, e do reconhecimento nacional deste município em referência a políticas públicas para estes segmentos, é incompreensível que, ao procurar a coordenação do Programa ProJovem, para a obtenção de dados para a pesquisa em questão, a falta de uma adequada estrutura para o pronto atendimento não só sobre as questões inerentes ao Programa, mas também do público em geral que busca por informações sobre o mesmo.

Pelas inúmeras tentativas, sem sucesso, realizadas junto a Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda – ADTR, e da coordenação do ProJovem Urbano, na busca por informações e dados, a aplicação dos questionários foi inviabilizada pela própria equipe administrativa do programa ao se recusar, pelos mais diversos motivos, em disponibilizar informações e tempo para a realização da pesquisa junto aos agentes (professores e/ou monitores, pessoal técnico e administrativo e coordenadores), e participantes do programa e de seus familiares. Dentre os motivos elencados foram citados: falta de tempo, de organização administrativa, falta de um sistema de informação e de uma base de dados, questões contratuais do pessoal técnico e administrativo, entre outros.

Diante da situação, a pesquisa buscou analisar os documentos publicados sobre a temática para responder as seguintes questões: existem contribuições trazidas por este programa? Os objetivos, metas e ações do programa são adequados à (re)inserção do público-alvo? O programa tem contribuído com os participantes, familiares e agentes (professores, pessoal técnico e administrativo)? O programa proporciona (re)significação social, laboral e cultural dos participantes? O que se pode observar é que os perfis dos jovens, apresentados

na pesquisa da ADTR e de Silveira, estão em conformidade com os dados do Projeto Pedagógico Integrado – PPI do ProJovem Urbano.

Segundo os dados do Relatório de Avaliação do Programa, os principais motivos para a inscrição destes jovens no programa foram à qualificação para o trabalho, 25,6%, juntamente com a conclusão do ensino fundamental, 24% (BRASIL, *apud* SILVEIRA, 2009, p. 123). Silveira (2009, p. 123) cita Lewin (1942), ressaltando que as expectativas dos indivíduos “interferem em sua percepção do fato e, conseqüentemente, em seu julgamento”. Para a autora, “as expectativas geradas no momento inicial parecem interferir no julgamento dos egressos”, ou seja, com relação ao eixo da (re)inserção educacional, os benefícios gerados nos jovens foram positivos e de fácil percebimento, enquanto no eixo da qualificação profissional e “das mudanças ocorridas em suas vidas no que tange à relação com o mundo do trabalho”, a “mesma situação não se repete”.

9 Conclusão

Com vistas a responder os questionamentos levantados nessa pesquisa, foi selecionado o município de Vitória da Conquista/BA para uma avaliação junto aos seus participantes para obter tais respostas. Todavia, devido aos mais variados motivos, não foi possível uma análise do programa na cidade. Desta forma, a metodologia da pesquisa foi alterada, passando a ser feita a análise documental, para melhor compreender o Programa e obter dados com relação às avaliações com egressos do ProJovem, em outras localidades.

Diante da procura por avaliações com jovens egressos entre os mais diversos documentos, a pesquisa de Silveira, de fato, foi uma pesquisa com jovens participante e egressos do ProJovem. Os demais documentos utilizam-se dos dados fornecidos pelas pesquisas realizadas pela Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem,

com o perfil socioeconômico, cultural e laboral da juventude brasileira para fazer uma análise geral da política, não da percepção dos jovens ou das contribuições do Programa na vida destes. Poucos são os artigos que inovam ao falar do contexto histórico e da realidade da adolescência e da juventude brasileira.

Os estudos sobre políticas públicas, voltadas para a juventude, mostram-se recentes, principalmente, pelo próprio contexto histórico destas, das ações governamentais e, sobretudo, da compreensão acerca da temática dos governantes brasileiros, o que se redesenha, a cada novo Presidente eleito, é uma nova percepção de políticas para a juventude.

Reverter indicadores sociais, principalmente os educacionais não é tarefa fácil e as soluções apontadas não são fáceis. Aos se ponderar sobre boas idéias, bons projetos e bons currículos importa-se primeiramente avaliar e analisar a realidade do sujeito, da camada que se deseja atingir. Para tanto, considerar as demandas, necessidades e desejos desses sujeitos, principalmente no que tange educação e trabalho é o que há de importante ao se elaborar uma política pública integral com fins de produzir uma escola que caiba na vida desses jovens, e não o contrário (ABRAMOS, 2008).

Segundo as avaliações do Governo Federal, as ações governamentais vêm causando impactos positivos na vida de milhões de jovens. Porém há muito o que avançar. É preciso “dar um salto na escala de atendimento, otimizar recursos, aumentar a eficácia e reforçar a integração as ações entre os ministérios” (Revista da 1ª. Conferência Nacional da Juventude: Documento Base, 2007, p. 18 apud ALVES, 2009, p. 43-44).

O novo ProJovem, o unificado, pode ser considerado como um programa ambicioso do Governo Federal. Com investimentos em torno de 5,4 milhões de reais em ações integradas a fim de gerar oportunidades e assegurar os direitos da juventude, a meta do governo é atender 4,2 milhões de jovens até o final de 2010 (<http://www.planalto.gov.br/secgeral/>, 2010).

As contribuições do programa para o segmento juvenil, até o presente momento, documentadas

e as apresentadas nesta pesquisa permitem concluir que o programa na cidade de Vitória da Conquista/BA ainda enfrentará inúmeros desafios, tanto na sua gestão quanto na sua avaliação, análise e monitoramento. Mas, a partir do momento em que esses problemas forem sanados, através de estratégias, ações e melhoramento do suporte técnico e administrativo, além da adequação de suas estruturas, o projeto terá condições reais de modificar a vida de seu público-alvo e das comunidades, não sendo mais apenas um programa fadado ao fracasso.

Para que seja alcançado o sucesso, o programa depende antes de qualquer coisa, de se aproximar e apropriar-se fidedignamente de seus pressupostos político-pedagógicos e proposta curricular com a participação efetiva, assídua e comprometida de todos os atores do Programa, como os gestores, professores, educadores profissionais, assistentes sociais e participantes (público-alvo). Sua implantação na cidade de Vitória da Conquista acabou por ser um desafio porque assumiu, junto ao compromisso de luta contra as desigualdades e exclusão social, a confiança, que foi depositada como força e potencialidade da juventude brasileira, em especial a dos jovens conquistenses.

Todavia, independente do tempo de implementação da política pública no município, a coordenação do programa demonstra ainda passar por grandes desafios para sua efetiva execução. De fato, para que se possam almejar grandes resultados positivos, a Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, juntamente com a Coordenação do ProJovem e da Prefeitura Municipal, devem identificar seus reais obstáculos/desafios para articular estratégias que permitam, não somente a efetiva execução do Programa, como também que seja possível mensurar e analisar as reais *contribuições socioeconômica, laboral e cultural do Programa ProJovem Urbano na (re) inserção dos setores vulneráveis*. que permitam, não somente a efetiva execução do Programa, como também que seja possível mensurar e analisar as reais *contribuições socioeconômica, laboral e cultural do Programa ProJovem Urbano na (re) inserção dos setores vulneráveis*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Nilson Rocha. **O Estado e a Juventude no Brasil**: Por onde andam suas políticas Públicas? 2009. 55 f. Monografia - (Especialização em Gestão Pública) – Faculdade Montes Belos, Brasília/DF, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/signup.SignUp.html>
- ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. OLIVEIRA, Edna Castro de. **Composição Social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem**: Novos/Velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. Brasília, DF: 2009. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1579/1271> Acesso em: 05 ago. 2010, às 15h05min.
- BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos. **As conquistas da Juventude**: das políticas já implementadas aos desafios que se apresentam. Conquistas da Juventude: Políticas Públicas e Cidadania. ADTR – Agência desenvolvimento, Trabalho e Renda - Vitória da Conquista/BA
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 12 set. 2010, às 20h09min.
- BRASIL. **Projeto do Programa PROJOVEM**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.projovem.gov.br>. Acessado em 20 de janeiro de 2009, às 20h09min.
- BRENNER, Ana Karina; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas. In: **Jovens, Revista de Estudos sobre Juventud**, ano 9, n. 22, México, jan-jun 2005, p. 194-211. Disponível em: <http://ver2.imjuventud.gob.mx/>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- BRASIL. Projeto do Programa PROJOVEM. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas. In: ALVES, Nilson Rocha. **O Estado e a Juventude no Brasil**: Por onde andam suas políticas Públicas? 2009. 55 f. Monografia - (Especialização em Gestão Pública) – Faculdade Montes Belos, Brasília/DF, 2009.
- ESTEVES, Luiz Carlos Gil. FUNDEF: a ótica dos perdedores. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2005. In: **IBASE/POLIS – Juventude Brasileira e democracia – Participação, esferas e Políticas públicas - Relatório Final**. RJ: IBASE; SP: PÓLIS; Janeiro de 2006. Disponível em: www.ibase.br/pubibase/media/ibase_relatorio_juventude.pdf. Acesso em: 17 ago.2010.
- FREITAS, Maria Virgínia (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. In: SILVEIRA, Olívia Maria Costa. **O Unicórnio e o Rinoceronte**: uma análise do ProJovem a partir da percepção de seus beneficiários. 2009. 167 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002,
- IBASE/POLIS – Juventude Brasileira e democracia – Participação, Esferas e Políticas públicas - Relatório Final**. RJ: IBASE; SP: PÓLIS; Janeiro de 2006. Disponível em: www.ibase.br/pubibase/media/ibase_relatorio_juventude.pdf. Acesso em: 17 ago.2010.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MELLO, Cecília Campelo do A. M. Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, ISER, n. 57, 2002. IN: **IBASE/POLIS – Juventude Brasileira e democracia – Participação, esferas e Políticas públicas - Relatório Final**. RJ: IBASE; SP: PÓLIS; Janeiro de 2006. Disponível em: www.ibase.br/pubibase/media/ibase_relatorio_juventude.pdf. Acesso em 17 de agosto de 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos; CONSTATINO, Patrícia; SANTOS, Nilton César. Métodos, técnicas e relações em triangulações. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. In: SILVEIRA, Olívia Maria Costa. **O Unicórnio e o Rinoceronte**: Uma análise do ProJovem a partir da percepção de seus beneficiários. 2009. 167 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2009.

Portal do ProJovem Urbano. Disponível em: <http://www.projovem.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2009, às 20h.

Portal da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Disponível em: <http://www.pmvc.com.br>. Acesso em: ago. 2010, às 14h02min.

NOVAIS E MELLO, Cecília Campelo do A. Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, ISER, Ano 21, no. 57, 2002. In: **IBASE/POLIS – Juventude Brasileira e democracia – Participação, esferas e Políticas públicas - Relatório Final**. RJ: IBASE; SP: PÓLIS; Janeiro de 2006. Disponível em: www.ibase.br/pubibase/media/ibase_relatorio_juventude.pdf. Acesso em: 17 ago. 2010.

SANTOS, Lara do Carmo Pirajá. **As Contribuições Socioeconômica, Laboral e Cultural Do Programa Projovem Urbano na (re)inserção dos setores vulneráveis**. 89f. Monografia (Trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA, Vitória da Conquista/BA, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVEIRA, Olívia Maria Costa. **O Unicórnio e o Rinoceronte**: Uma análise do ProJovem a partir da percepção de seus beneficiários. 2009. 167 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Salvador: AATR, 2002.

Portal da Presidência da República/Secretária-Geral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secgeral>. Acesso em: ago. 2010, às 14h23min.